



PROJETO DE LEI Nº ____/2025

Veda a nomeação, no âmbito da Administração Pública Municipal, de pessoas condenadas por crimes de LGBTQIAPN+fobia, nos termos da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

O Povo do Município de Lavras, por seus representantes, APROVOU, e eu, Prefeita Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Lavras, a nomeação para cargos públicos de pessoa que tenha sido condenada, com trânsito em julgado, por crimes definidos na **Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **bem como por condutas discriminatórias motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero**, na forma do entendimento firmado pelo **Supremo Tribunal Federal na ADO nº 26 e no Mandado de Injunção nº 4733**.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput vigorará até o integral cumprimento da pena e posterior reabilitação criminal, nos termos do art. 94 do Código Penal.

Art. 2º A vedação prevista nesta Lei aplica-se a todos os cargos públicos, efetivos ou em comissão, de livre nomeação e exoneração, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, bem como nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Orlando Haddad, em ____ de _____ de 2025.

MAYRON CARDOSO GOMES (PSD)

Vereador

MAYRON CARDOSO - LÍDER DE GOVERNO (PSD)



JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 14.532/2023 alterou a Lei Federal nº 7.716/1989 para equiparar o crime de injúria racial ao crime de racismo. Embora essa norma não trate expressamente da orientação sexual ou identidade de gênero, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADO nº 26 e o Mandado de Injunção nº 4733, reconheceu que a homofobia e a transfobia constituem formas de racismo, permitindo seu enquadramento nos crimes previstos na referida lei.

A criação de uma norma municipal que impeça a nomeação de pessoas condenadas por práticas discriminatórias é essencial para garantir a ética, a imparcialidade e a proteção dos direitos humanos no âmbito do serviço público municipal. É inadmissível que agentes públicos tenham histórico de condutas discriminatórias que possam comprometer a construção de políticas inclusivas e igualitárias.

Além disso, a medida visa assegurar que o serviço público seja exercido por pessoas alinhadas aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade de direitos.

Dessa forma, esta proposição tem como objetivo reforçar o compromisso do Município de Lavras com os direitos humanos e a não discriminação.

Autor: Vereador Mayron Cardoso Gomes